



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Rua Acre, 80 – sala 1004 – Centro/Rio Janeiro – CEP: 20.081-000

Telefone: 2282-8682 / 2282-8016

E D I T A L

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2023/161

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/0465 de 22/09/2023, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio **www.gov.br/compras**. O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: 30 de novembro de 2023

Horário (de Brasília): 13:30

Local: www.gov.br/compras

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência e Apêndices:

A - Descrição dos Veículos e Motogeradores; B - Planilha do consumo anual e C - Planilha de valores do combustível;

Anexo II – Planilha de Preços;

Anexo III – Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021

Anexo IV – Declaração conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

Anexo V - Declaração conforme artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 9, de 06/12/2005;

Anexo VI – Contrato.

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em gestão de abastecimento de frota por meio de uso de cartões magnéticos em postos de combustíveis credenciados, que serão utilizados pelos veículos oficiais e os grupos motogeradores pertencentes ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, conforme especificações e quantitativos estabelecidos nos anexos do Edital.

1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e será adjudicado a apenas uma licitante.



2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio **www.gov.br/compras**.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.

2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabelião de Notas;

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do sítio **www.gov.br/compras**.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no **VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS E INCLUÍDA A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU TAXA DE COMISSÃO COTADA**, conforme Planilha de Preços, constante do Anexo II deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*.

4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o Contrato, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 – Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

5.1.6 – Preços unitários e totais dos serviços, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Planilha de Preços, constante do Anexo II deste edital;

5.1.6.1 - A empresa vencedora, quando da apresentação da proposta, deverá discriminar a taxa de administração ofertada, que deverá ter, NO MÁXIMO, 2 (DUAS) CASAS DECIMAIS.

5.1.6.2 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à prestação dos serviços deverão estar incluídas no preço proposto;

5.1.7 - Todos os serviços prestados pela contratada deverão ser cobertos por taxa de administração única ou comissão de serviços por ela estipulada, não devendo haver qualquer outra forma de cobrança;

5.1.8 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

5.1.9 - **Prazo de vigência do contrato** será de 2 (dois) anos, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 107, da Lei nº 14.133/21.

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.8 e 5.1.9, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.

5.3 - Depois de solicitada pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a proposta de preços da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos de habilitação complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, através do Sistema *Compras.gov.br*.

5.3.1- O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e dos documentos complementares de habilitação.

5.4 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.5 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.6 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos serviços no Compras.gov.br e o disposto no Anexo I - Termo de Referência, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.7 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.7.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.7.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.7.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF - 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF - 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivos ou inexequíveis.

6.8 - Considerar-se-á inexequível a proposta na qual não tenha sido demonstrada a viabilidade da execução do objeto por meio de documentação que comprove a coerência dos custos envolvidos na contratação com os de mercado.

6.9 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.10 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor total dos serviços, já incluída a sua taxa de administração ou comissão de serviço desta licitação conforme Planilha de Preços, constante do Anexo II deste Edital**, sob pena de desclassificação.

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.7.4. A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 0,50 (cinquenta centavos), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - A apresentação de novas propostas na forma do subitem 7.10 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.12 - Definido o resultado do julgamento, após realizado o procedimento previsto no subitem 8.4, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.12.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.



7.12.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS, já incluída a sua taxa de administração ou comissão de serviço**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será aceita sua proposta e habilitada como licitante vencedora do objeto deste pregão.

8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.4.3 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.4.4 - A obtenção de benefícios a que se referem os subitens anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.4.5 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.5 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

8.6 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

8.6.1 - disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.6.2 - avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na lei;

8.6.3 - desenvolvimento pelas licitantes de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme artigo 5º, do Decreto nº 11.430/2023;

8.6.4 - desenvolvimento pelas licitantes de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.7 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.7.1 - empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;

8.7.2 - empresas brasileiras;

8.7.3 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.7.4 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.8 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no item 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.9 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS, já incluída a sua taxa de administração ou comissão de serviço**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.

8.10 - Na hipótese de a proposta de menor preço total anual não ser aceitável ou se a licitante vencedora não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.11 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

8.12 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.12.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.13 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 - O pregoeiro, constatando o atendimento às exigências fixadas no Edital, aceitará a proposta mais bem classificada e habilitará a licitante.

8.15 - Após, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o certame.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.2 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.4 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio.

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019 e 103/2021);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta *on-line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitem 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Compras.gov.br, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal;

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.

9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.4.9 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.10 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.11 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.10, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

9.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

9.5.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de, pelo menos, 01 (um) atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica, para a qual a licitante tenha prestado **serviços de gerenciamento de frota, mediante cartão magnético utilizado no abastecimento de viaturas em postos credenciados**.

9.5.2 - No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

9.5.3 - O TRF - 2ª Região poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas, na Sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas pela licitante.

9.6 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

9.6.1 - Balanço Patrimonial do exercício social exigível na forma da lei e regulamentos na data de realização da licitação, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura do processo licitatório;

9.6.2 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei;

9.6.3 - Comprovação do Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da prestação de serviços objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRES	Elemento de Despesa
02.061.0033.4257.6013	168.413	33.90.30.01 - Combustíveis e lubrificantes automotivos

11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

11.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção “Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento”, e no sítio: www.gov.br/compras, na opção “visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.

11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura do certame, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

11.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

11.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

11.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

12 - DOS RECURSOS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

12.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o Pregoeiro aceitar a proposta e habilitar a licitante vencedora.

12.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

13.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante vencedora será convocada para assinatura do instrumento contratual junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

13.1.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão, o TRF - 2ª Região poderá encaminhar os documentos por meio eletrônico.

13.2 - A convocação de que trata o subitem 13.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF - 2ª Região, mediante solicitação, devidamente justificada por parte da licitante, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

13.3 - No ato da assinatura do Contrato, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta *on-line* junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

13.4 - Ao assinar o instrumento contratual, a empresa adjudicatária obriga-se a prestar os serviços e entregar os materiais a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

13.5 - É facultado ao TRF - 2ª Região, quando o convocado não assinar o Contrato nos prazos e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

13.6 - A recusa injustificada da licitante classificada em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei e a imediata perda da garantia da proposta em favor do TRF - 2ª Região.

13.7 Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região exigirá da empresa Contratada a prestação de garantia, de acordo com as modalidades elencada no artigo 96, parágrafo 1º da Lei nº 14.133/21, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato a ser firmado.

13.7.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante, exceto o seguro-garantia, que será observado o disposto no §3º, do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

13.7.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.7.2.1 - Prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento;

13.7.2.2 - Multas aplicadas pela fiscalização à Contratada;

13.7.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução contratual;

13.7.2.4 - Obrigações trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível.

13.7.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

13.7.4 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza ao TRF - 2ª Região a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

13.7.4.1 - O bloqueio efetuado com base no subitem 13.7.4 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

13.7.4.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no subitem 13.8.4 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

13.7.4.3 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

13.7.5 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRF - 2ª Região com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

13.7.6 - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, sendo atualizada monetariamente quando em dinheiro.

13.7.7 - Será considerada extinta a garantia:

13.7.7.1- Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

13.7.7.2 - Com a extinção do contrato.

13.7.8 - O TRF - 2ª Região não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

13.7.8.1 - Caso fortuito ou força maior;

13.7.8.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo TRF - 2ª Região;

13.7.8.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

13.7.8.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do TRF - 2ª Região;

13.7.9 - Caberá ao TRF - 2ª Região apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens; 13.7.8.3 e 13.7.8.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo administrativo;

13.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

13.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

13.9- É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

13.9.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo V do presente Edital, que deverá ser entregue no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato;

13.10 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

13.10.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

14.1.1 - Provisoriamente – pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

14.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

14.2 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.

14.3 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

14.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF 2ª Região as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990.

15 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

15.1 – O pagamento será efetuado mensalmente, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

15.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

15.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.

15.1.3 - Para fins do disposto no item 15.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

15.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

15.2.1 - Memória de cálculo onde deverão constar todos os dados dos abastecimentos efetuados no mês anterior e que será condição para viabilizar o atesto e o pagamento da fatura de serviços.

15.2.2. - É facultado à empresa a escolha do meio de entrega do documento fiscal descrito no subitem 15.2.1;

15.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

15.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540, de 05/01/2015, e nº 1.552, de 02/03/2015.

15.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

15.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

15.6 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 15.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

15.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

15.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 15.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

15.7.2. Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização

16 - DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONTRATO

16.1 - A disciplina relativa à fiscalização administrativa do contrato está prevista no Contrato - Anexo VI deste Edital.

17 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1 - A disciplina relativa às obrigações da Contratada está prevista no Contrato - Anexo VI deste Edital.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1 - A disciplina relativa às obrigações do Contratante está prevista no Contrato - Anexo VI deste Edital.

19 - DAS SANÇÕES

19.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

19.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

19.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

19.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

19.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

19.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

19.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

19.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

19.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

19.2.1 - **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

19.2.2 - **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 19.1.2, 19.1.3, 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6 e 19.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

19.2.3 - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 19.1.8, 19.1.9, 19.1.10, 19.1.11 e 19.1.12 acima, bem como nos subitens 19.1.2, 19.1.3, 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6 e 19.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 19.2.2.

19.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.2.4 - **Multa:**

19.2.4.1 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais constantes do Edital, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa entre 0,5% e 1,0% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitada ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1 (um) item obrigatório concomitantemente, caso não sejam acatadas as justificativas apresentadas.

19.2.4.2 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

19.2.4.3 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

19.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

19.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

19.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

19.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

19.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;

19.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,02% e 0,5%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

19.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

19.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

19.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

19.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021.

19.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

20.1 A disciplina relativa ao Instrumento de Medição de Resultados - IMR está prevista no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

21 - DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - Fica assegurado ao TRF - 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

21.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sites: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e www.gov.br/compras, opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

21.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021;

21.1.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

21.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

21.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, a Administração poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

21.3 - O contrato decorrente do presente Pregão poderá ser alterado, observadas as disposições insertas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021:

21.3.1 - A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

21.3.2 - As alterações unilaterais a que se refere o subitem 21.4.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

21.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2023.

Francisco Luís Duarte - Pregoeiro



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

01. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1 OBJETO:

Contratação de empresa especializada em gestão de abastecimento de frota por meio de uso de cartões magnéticos em postos de combustíveis credenciados, que serão utilizados pelos veículos oficiais e os grupos motogeradores pertencentes ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

1.2 METAS FÍSICAS

Garantir que os veículos da frota e os grupo motogeradores do TRF2 tenham condições de abastecimento para a devida utilização a que se destinam

1.2.1 CÓDIGO SIASG: Nº 0002537-2.

1.3 DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

O serviço a ser contratado compreende o fornecimento de combustível para a frota de veículos do Tribunal em todos os Estados da 2ª Região – Rio de Janeiro e Espírito Santo.

1.3.1 - A Contratada deverá apresentar relação atualizada de postos de gasolina a ela conveniados, onde conste, no mínimo, 20 (vinte) Postos de combustíveis conveniados na cidade do Rio de Janeiro, sendo pelo m

- 1.3.1.1 - 04 (quatro) Postos de combustíveis conveniados no bairro centro do Rio de Janeiro;
- 1.3.1.2 - 06 (três) Postos de combustíveis na Zona Sul do Rio de Janeiro
- 1.3.1.3 - 04 (quatro) Postos de combustíveis na Barra da Tijuca;
- 1.3.1.4 - 02 (dois) Postos de combustíveis no Recreio dos Bandeirantes;
- 1.3.1.5 - 03 (três) Postos de combustíveis conveniados na cidade de Niterói;
- 1.3.1.6 - 06 (seis) Postos de combustíveis na baixada Fluminense;



TRF2INC202302350

- 1.3.1.7 - 02 (dois) Postos de combustíveis em Campos de Goytacases;
- 1.3.1.8 - 02 (dois) Postos de combustíveis na Região dos Lagos;
- 1.3.1.9 - 02 (dois) Postos de combustíveis em Volta Redonda;
- 1.3.1.10 - 02 (dois) Postos de combustíveis em Angra dos Reis;
- 1.3.1.11 - 02 (dois) Postos de combustíveis em Petrópolis;
- 1.3.1.12 - 02 (dois) Postos de combustíveis em Itaperuna;
- 1.3.1.13 - 02 (dois) Postos de combustíveis em Três Rios;
- 1.3.1.14 - 02 (dois) Postos de combustíveis em Itaboraí;
- 1.3.1.15 - 05 (cinco) Postos de combustíveis em Vitória – ES;
- 1.3.1.16 - 02 (dois) Postos de combustíveis em Cachoeiro do Itapemirim – ES;
- 1.3.1.17 - 02 (dois) Postos de combustíveis em São Mateus – ES.

1.3.2 - A Contratada deverá possuir sistema de Gestão;

1.3.2.1 - O sistema de Gestão deverá;

1.3.2.2 – Ser via WEB (online);

1.3.2.3 – Permitir;

1.3.2.3.1 – Gerência de cada cartão com a visualização de saldo em tempo real, em litros e em valores em reais;

1.3.2.3.2 – Alteração de quantidade de litros e valor limite de cada veículo e gerador;

1.3.2.3.3 – Inclusão de cartão novo;

1.3.2.3.4 – Emissão de segunda via de cartão;

1.3.2.3.5 – Bloqueio e desbloqueio de cartões;

1.3.2.3.6 – Inclusão, edição e exclusão de veículos e geradores;

1.3.2.3.7 – Inclusão, edição e exclusão de motorista;

1.3.2.3.8 – Reset de senha e inclusão de senha nova do motorista;

1.3.2.3.9 – Extrato mensal de abastecimentos da frota de veículos do TRF2 em excel, contendo os abastecimentos individualizados por carro, além de todas as informações contidas no comprovante de abastecimento;

1.3.2.3.10 – Relatório de últimas transações em tempo real;



1.3.2.3.11 – Relatório de transação inconsistente, rejeitada/bloqueada em tempo real;

1.3.2.3.12 – Relatório de consumo individual e geral da frota de veículos do TRF2;

1.3.2.3.13 – Relatório mensal da quilometragem percorrida pela frota e das horas transcorridas pelos geradores;

1.3.2.3.14 – Relatório mensal discriminando cada tipo de combustível utilizado, contendo as informações dos abastecimentos, além de um campo específico totalizando a quilometragem percorrida, os litros abastecidos e valor gasto de cada combustível.

1.3.3 – O sistema de Gestão deverá possibilitar o acesso do Gestor, Cogestor e Auxiliar a um link restrito, através de login e senha para que estes possam administrar o sistema em tempo real;

1.3.4 – A Contratada deverá possuir central telefônica, disponível durante as 24 horas do dia, sete dias por semana, para atendimento em auxílio aos servidores da Gestão do Contrato e aos motoristas, que tiverem dúvidas, ou algum problema relacionado ao abastecimento ou à gestão do Contrato;

1.3.5 – A Contratada deverá dispor de sistema auxiliar para suprir a necessidade de abastecimento das viaturas nos casos em que o sistema fique “fora do ar” (offline).

1.4. FORMA DE EXECUÇÃO:

1.4.1 – Os abastecimentos deverão ser efetuados através de cartão magnético;

1.4.2 – Cada cartão magnético conterá a informação da placa e modelo de um veículo oficial ou gerador, relacionados no ANEXO I;

1.4.3 – A Contratada deverá emitir pelo menos cinco cartões do tipo “Master”, que serão usados em situações de emergência, cuja função é possibilitar o vínculo de qualquer carro da frota em caso de perda/extravio ou roubo do cartão original, a fim de permitir o abastecimento do veículo enquanto o cartão novo estiver em fase de emissão e entrega;

1.4.4 – Em cada operação de abastecimento ocorrida com cartões magnéticos, a rede conveniada pela contratada deverá fornecer, no ato da transação, um comprovante de abastecimento que deverá conter as seguintes informações;

1.4.4.1 – A identificação do veículo ou gerador;

1.4.4.2. – A identificação do responsável pelo abastecimento;



1.4.4.3 – A quilometragem registrada no hodômetro ou horímetro;

1.4.4.4 – A quantidade abastecida em litros;

1.4.4.5 – Tipo de combustível;

1.4.4.6 – O valor unitário do litro do combustível utilizado;

1.4.4.7 – O valor remanescente de saldo (em litros);

1.4.4.8 – O valor total do abastecimento;

1.4.4.9 – A data e hora do abastecimento.

1.4.5 – A senha para liberação dos abastecimentos nos postos será individual, intransferível para cada motorista cadastrado no sistema online;

1.4.6 – O cartão de abastecimento **não terá senha própria**, ou seja, no ato do pagamento a senha a ser digitada para liberação será a do motorista, que será previamente cadastrado no sistema de gerenciamento;

1.4.7 – A senha poderá ser enviada em envelope lacrado pela administradora de cartões e endereçada a cada condutor, ou em caso de envio de senha digital, a mesma deverá ser enviada exclusivamente para o contato do motorista previamente cadastrado, e-mail ou celular;

1.4.8 – Não haverá limite na quantidade de cartões magnéticos fornecidos pela contratada, que serão requisitados mediante a necessidade do contratante, ou enviados em cumprimento ao subitem 3.10;

1.4.9 – A lista de postos de combustíveis de toda rede credenciada deverá ser fornecida em livrete, para ser distribuído e guardado em cada viatura;

1.4.10 – A empresa deverá enviar novos livretes atualizados sempre que a empresa cadastrar ou excluir postos conveniados;

1.4.11 – Não haverá limite na quantidade de livretes fornecidos pela contratada, que serão requisitados mediante a necessidade do contratante ou enviados em cumprimento ao subitem 3.10;

1.4.12 – É imprescindível que todos os cartões magnéticos (com capa plástica para proteção) e no mínimo 80 (oitenta) livretes, sejam entregues na **SEMAVE** - Seção de Manutenção de Veículos do



TRF2, na Rua do Acre nº 80, sala 207, 2º andar CEP 20081-000 - CENTRO DO RJ – em até **05(cinco)** dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;

1.4.13 – Antes do primeiro abastecimento, a empresa deverá cadastrar no sistema a quilometragem inicial de cada veículo, para que no primeiro relatório seja possível identificar os parâmetros de consumo e a quilometragem percorrida desde o último abastecimento feito no Contrato anterior até o primeiro abastecimento realizado no Contrato atual;

1.4.14 – A relação de quilometragem de cada carro que trata o item 3.13, será fornecida pelo Gestor, imediatamente à assinatura do Contrato;

1.4.15 – Após a assinatura do contrato, a empresa terá 48 horas de prazo para cadastrar no sistema de gestão todos os motoristas e os carros da frota do TRF2, incluindo a quilometragem inicial que trata o item 3.13.

1.5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

1.5.1 – Fornecer todas as informações necessárias para a execução do serviço.

1.5.2 – Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais.

1.5.3 – Efetuar os pagamentos à contratada com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo.

1.6 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1.6.1 - Permitir o livre exercício da fiscalização credenciada pelo Tribunal. O exercício da fiscalização pelo Tribunal Regional Federal não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada.

1.6.2 - Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF2, os produtos que apresentarem vícios, defeitos, ou incorreções;

1.6.3 – Responder pelos danos causados diretamente ao TRF2 ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos materiais;

1.6.4 – A empresa contratada deverá prestar esclarecimentos, por escrito e no prazo de 48(quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pelo fiscal do Contrato;



1.6.5 – A contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho de Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº [CF-POR-2012/00116](#), de 11/05/2012.

1.7 - PRAZO DE VIGÊNCIA:

O prazo de vigência será de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da assinatura do Contrato.

1.8 – RECEBIMENTO DO OBJETO:

1.8.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

1.8.1.1 - Provisoriamente – pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

1.8.1.2 - Definitivamente - pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 2 (dois) dias, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

1.8.2 - Os termos serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designados na forma estabelecida no subitem 1.8.5 deste edital, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos.

1.8.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

1.8.3.1 - Na hipótese de fornecimento de materiais, o recebimento provisório ou definitivo não excluirá, ainda, a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

1.8.3.2 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.



1.8.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF 2ª Região as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990;

1.8.5 - Após a celebração do contrato, o TRF - 2ª Região designará servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato.

02. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 O Tribunal possui uma frota de veículos própria, para o atendimento das suas demandas de transporte de pessoal e material, contudo, o atual Contrato de nº [TRF2-CON-2023/00014](#), cujo objeto é o fornecimento de combustíveis, terá sua vigência encerrada no dia 31/12/2023.

2.2 - Considerando a necessidade de abastecer os veículos com combustível para possibilitar o transporte dos servidores, faz-se necessária a presente contratação para evitar a paralisação da frota de veículos

2.3 Os estudos técnicos preliminares ([TRF2-ETP-2023/00151](#)) evidenciaram que a contratação descrita no item 1 (OBJETO) mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente, sendo viável a contratação pretendida.

03. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1- Solução Escolhida

Contratação de empresa especializada em gestão de abastecimento de frota por meio de uso de cartões magnéticos em postos de combustíveis credenciados, que serão utilizados pelos veículos oficiais e os grupos motogeradores pertencentes ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

04. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 – Visando cumprir ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a Contratada deverá:

4.1.1 Atender todas as normas e regulamentações pertinentes ao objeto da contratação, pormenorizadas nos tópicos “Qualificação técnica” e “Obrigações da Contratada”;



4.1.2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.2.1 – Não utilizar trabalho escravo ou infantil, ou máquinas que aumentem a geração de resíduos industriais no modo de produção do bem ou serviço a ser contratado.

4.2 – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.3.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão, na forma eletrônica, que culminará com a seleção da proposta de menor preço. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

4.3.2 Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características quantidades e prazos com o objeto da licitação mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica, que ateste que a licitante executou serviços de gerenciamento de frota, mediante cartão magnético utilizado no abastecimento de viaturas em postos credenciados.

4.3.3 – No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

05. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (RESULTADOS ESPERADOS):

5.1 – Garantir que os veículos da frota e os grupos motogeradores do TRF2 tenham condições de abastecimento para a devida utilização a que se destinam.

5.2 – Os benefícios almejados residem em contribuir para a prática de ações que visem o desenvolvimento sustentável, no qual o crescimento da economia e a geração de riquezas estejam integrados à preservação do meio ambiente e ao manejo adequado dos recursos naturais, assim como o direito dos indivíduos à cidadania e a qualidade de vida;

06. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:



O Contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do contrato oriundo do certame licitatório. São atribuições da Fiscalização:

6.1 – Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas

6.2 – Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

6.3 – Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

6.4 – Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.

6.5 – Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o atesto da fatura para fins de liquidação e pagamento.

6.6 – A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto utilizando o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme modelo previsto no item 11 deste Termo de Referência devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar matérias e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.7 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais

07. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

7.1 – O pagamento será efetuado mensalmente, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos).



7.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

7.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.

7.1.3 - Para fins do disposto no item 7.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

7.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

7.2.1 - Memória de cálculo onde deverão constar todos os dados dos abastecimentos efetuados no mês anterior e que será condição para viabilizar o atesto e o pagamento da fatura de serviços.

7.2.2. - É facultado à empresa a escolha do meio de entrega do documento fiscal descrito no subitem 7.2.1;

7.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

7.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540, de 05/01/2015, e nº 1.552, de 02/03/2016.

7.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

7.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.



7.6 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 7.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

7.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 7.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

7.8 – O pagamento será feito, por meio de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, discriminativo dos serviços prestados devidamente atestado pelo(s) gestor(es) responsável(eis) pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto;

08. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

Trata-se de serviço comum de caráter continuado a ser contratado por meio de Pregão eletrônico, pelo critério de menor preço.

09. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1 – O quantitativo de veículos foi calculado com base no levantamento dos registros de aquisição de veículos conforme consta de Anexo ao Edital intitulado "Planilha de Veículos e Motogeradores. ([TRF2-INC-2023/01226](#))

9.2 – O custo estimado será o indicado na planilha anexa ao edital ou aviso de dispensa.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão na Programação Orçamentária constante no ID FC 8 do PCA - SIGA GO.

11. ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):



11.1 – A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base nas obrigações e forma de execução, descritas neste Termo. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR, o qual define objetivamente níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

11.2 – O não atendimento do IMR e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas no Edital e anexos.

11.3 – Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas. A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do IMR obedecerá às tabelas 1 e 2, abaixo.

Tabela 01

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% sobre o valor prestado no serviço
2	1,0% sobre o valor prestado no serviço
3	1,5% sobre o valor prestado no serviço
4	2,0% sobre o valor prestado no serviço
5	3,0% sobre o valor prestado na solicitação de serviço

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
1	Suspender, ou interromper os serviços contratuais, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito. (Por dia e por ocorrência).	5
2	Demorar mais de 15 minutos para efetuar a autorização e o registro do abastecimento no posto de combustível. A contar da primeira tentativa por parte do motorista. (Por ocorrência).	2



3	Deixar de fornecer à fiscalização, os relatórios de abastecimento da frota de veículos do TRF2. (Por dia de atraso).	2
4	Recusar-se a adequar os relatórios de registro para as necessidades do TRF2. (Por dia).	3
5	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização do contrato. (Por ocorrência e por dia)	4
6	Deixar de entregar os cartões de abastecimentos no prazo máximo de 5(cinco) dias. (Por ocorrência e por dia de atraso)	1
7	Deixar de entregar relação atualizada dos postos de combustíveis conveniados. (Por dia de atraso)	3

12. ANÁLISE DE RISCOS:

12.1 – Vislumbram-se alguns riscos em curso na presente contratação. Não incluem-se, neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os que tangiam o processo que permeia até a formalização da contratação.

Risco 01	Risco:		Atraso ou fracasso no processo licitatório		
	Probabilidade:		Alto		
	Impacto:		Alto		
	Dano 1:		Impossibilidade de funcionamento dos veículos da frota		
	Id	Ação Preventiva		Responsável	
	1	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos.		Setor responsável pelo serviço	
	2	Definição dos critérios de seleção de fornecedores com respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle.		Setor responsável pelo serviço	
	3	Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade.		Setor responsável pelo serviço	
	Id		Ação de Contingência		Responsável

	1	Alocação integral do setor responsável pelo serviço na resposta e mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório.	Direção Secretaria
	2	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório.	Administração TRF

Risco 02	Risco:		Especificação Insuficiente para os serviços
	Probabilidade:		Baixa
	Impacto:		Alto
	Dano 1:		Serviços sendo prestados de forma que não abrange todas as necessidades institucionais.
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de prestação do serviço comparando com contratações similares históricas.	Setor responsável pelo serviço
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório.	Equipe de Fiscalização

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	ALTA			Risco 1
	MÉDIA			
	BAIXA			Risco 2
		BAIXA	MÉDIA	ALTA

GRAVIDADE /IMPACTO

13. ANEXOS:

Os Anexos ao presente Termo constarão do Edital.



TRF2INC202302350



Anexo I

RELAÇÃO DE VEÍCULOS E GERADORES

ITEM	PLACA BRANCA	MARCA	MODELO	ANO MOD/FAB	KM ATUAL
1	LTV-7F18	HYUNDAI	SANTA FÉ-7L AUTOMATICO	2018/2019	12434
2	KWU-4364	HYUNDAI	AZERA BLINDADO N-3A	2012/2013	67564
3	LMR-1I71	CHEVROLET	SPIN	2018/2019	11337
4	LMR-4J67	CHEVROLET	SPIN	2018/2019	12306
5	LOO-9338	CHEVROLET	ZAFIRA CD	2003/2003	87432
6	LOO-9344	CHEVROLET	PICK UP S10 CAB SIMPLES	2003/2004	33219
7	KZN-9I02	CITROEN	C4 LOUNGE Feel Turbo Flex Aut.	2018/2019	55812
8	KZN-9I03	CITROEN	C4 LOUNGE Feel Turbo Flex Aut.	2018/2019	15242
9	LMO-5D11	CITROEN	C4 LOUNGE Feel Turbo Flex Aut.	2018/2019	24840
10	LRG-8E28	CITROEN	C4 LOUNGE Feel Turbo Flex Aut.	2018/2019	32897
11	LRG-8E29	CITROEN	C4 LOUNGE Feel Turbo Flex Aut.	2018/2019	15866
12	LRG-8E30	CITROEN	C4 LOUNGE Feel Turbo Flex Aut.	2018/2019	23606
13	LUN-9H71	NISSAN	SENTRA SV FLEX - CVT	2019/2030	1613
14	LUN-9H72	NISSAN	SENTRA SV FLEX - CVT	2019/2031	30128
15	LUN-9H73	NISSAN	SENTRA SV FLEX - CVT	2019/2032	42792
16	LUN-9H74	NISSAN	SENTRA SV FLEX - CVT	2019/2033	10302
17	LUN-9H75	NISSAN	SENTRA SV FLEX - CVT	2019/2034	15046
18	LUN-9H76	NISSAN	SENTRA SV FLEX - CVT	2019/2035	378
19	LUN-9H77	NISSAN	SENTRA SV FLEX - CVT	2019/2036	6047
20	LUN-9H78	NISSAN	SENTRA SV FLEX - CVT	2019/2037	2187
21	LUN-9H79	NISSAN	SENTRA SV FLEX - CVT	2019/2038	2614
22	LUN-9H80	NISSAN	SENTRA SV FLEX - CVT	2019/2039	15610
23	LUN-9H81	NISSAN	SENTRA SV FLEX - CVT	2019/2040	21717
24	LUT-7F93	NISSAN	SENTRA SV FLEX - CVT	2019/2026	3939
25	LUT-7F94	NISSAN	SENTRA SV FLEX - CVT	2019/2027	2712





26	LUT-7F95	NISSAN	SENTRA SV FLEX - CVT	2019/2028	9548
27	LUT-7F96	NISSAN	SENTRA SV FLEX - CVT	2019/2029	3339
28	LUT-7G01	NISSAN	SENTRA SV FLEX - CVT	2019/2020	4489
29	LUT-7G02	NISSAN	SENTRA SV FLEX - CVT	2019/2021	15353
30	LUT-7G03	NISSAN	SENTRA SV FLEX - CVT	2019/2022	16135
31	LUT-7G04	NISSAN	SENTRA SV FLEX - CVT	2019/2023	19709
32	LUT-7G07	NISSAN	SENTRA SV FLEX - CVT	2019/2024	3853
33	LUT-7G08	NISSAN	SENTRA SV FLEX - CVT	2019/2025	1359
34	KPV-2881	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	48301
35	KPV-2882	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	73706
36	KPV-2883	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	91426
37	KPV-2884	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	36227
38	KPV-2885	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	55011
39	KPV-2886	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	74077
40	KPV-2887	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	55862
41	KPZ-9405	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2014/2014	59276
42	KPZ-9406	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2014/2014	72866
43	KPZ-9407	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2014/2014	44919
44	LRS 7066	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2015/2015	43672
45	KQU 6517	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2015/2015	93124
46	LRC-2527	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	31445
47	LRC-2528	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	102238
48	LRC-7600	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	48872
49	LRC-7601	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2013/2016	48038
50	LRC-7602	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2013/2015	94406
51	LRC-7603	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	98303
52	LRC-7604	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	20586
53	LRI-1700	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2014/2014	42771
54	KQU 6516	RENAULT	LOGAN DYNAMIQUE	2015/2015	23662
55	LRS 7063	RENAULT	LOGAN DYNAMIQUE	2015/2015	21619
56	LRS 7064	RENAULT	LOGAN DYNAMIQUE	2015/2015	22173
57	LRS 7065	RENAULT	LOGAN DYNAMIQUE	2015/2015	22773
58	LPE-6908	RENAULT	KANGOO EXPRESS HIFLEX	2007/2008	18154
59	HJW-5285	RENAULT	MASTER EXECUTIVO 16L	2008/2009	33584
60	OLW-6833	RENAULT	MASTER EXECUTIVO 16L	2012/2013	28171
61	OLW-6836	RENAULT	MASTER FURGÃO	2012/2013	10183
62	OLW-6838	RENAULT	MASTER FURGÃO	212/2013	8091





63	LUG-1D90	TRUCKVAN	SEMIRREBOQUE JUSTIÇA ITINERANTE	2018/2020	300
64	QPY-3B14	VW	CAMINHÃO CONSTELLATION 19.360	2018/2019	290
65	LTN-0195	VW	PARATI 4 PORTAS FLEX	2004/2004	57197
66	EPX-7J05	MITSUBISHI	OUTLANDER HPE-S	2020/2021	11761
67	ERA-7G95	MITSUBISHI	OUTLANDER HPE-S	2020/2022	39210
68	RJU-8G23	TOYOTA	COROLLA XEI 2.1	2022/2023	822
69	RJU-8G24	TOYOTA	COROLLA XEI 2.2	2022/2023	893
70	RJU-8G25	TOYOTA	COROLLA XEI 2.5	2022/2023	994
71	RJV-7J04	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2022/2023	11
72	RJV-7J05	TOYOTA	COROLLA XEI 2.6	2022/2023	167
73	RJV-7J06	TOYOTA	COROLLA XEI 2.4	2022/2023	73
74	RJV-7J07	TOYOTA	COROLLA XEI 2.7	2022/2023	99
75	RJV-7J08	TOYOTA	COROLLA XEI 2.3	2022/2023	255
76	RJV-7J24	PEUGEOT	EXPERT CARGO	2022/2023	748
77	RJU-8G26	TOYOTA	HILUX CD DSL 4X4 SRV AT	2022/2023	15
78	RJU-8G27	TOYOTA	HILUX CD DSL 4X4 SRV AT	2022/2023	19
79	GER 001	GERADOR 1	GRUPO MOTOGERADOR		0
80	GER 002	GERADOR 2	GRUPO MOTOGERADOR		0
81	GER 003	GERADOR 3	GRUPO MOTOGERADOR		0



Estimativa de Consumo - período 2024 e 2025

Item	Combustível	Litros	Preço por litro ANP RJ (Outubro de 2023)	Valor Mensal	Quantidade de meses	Valor Total
1	Gasolina	47.680	R\$ 5,85	R\$ 23.244,00	24	R\$ 557.856,00
2	Etanol	13.979	R\$ 3,91	R\$ 4.554,82	24	R\$ 109.315,78
3	Diesel	9.800	R\$ 5,85	R\$ 4.777,50	24	R\$ 114.660,00

total

R\$ 781.831,78



TRF2INC202302353

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA
LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS

INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL
COMBUSTÍVEL: TODOS
TIPO RELATÓRIO: CAPITALIS

OBS: ATUALMENTE, O PRODUTO 'ÓLEO DIESEL' SE REFERE AO ÓLEO DIESEL B S500 COMUM.

DATA INICIAL	DATA FINAL	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	DESVIO PADRÃO REVENDA	PREÇO MÍNIMO REVENDA	PREÇO MÁXIMO REVENDA	COEF DE VARIAÇÃO REVENDA
08/10/2023	14/10/2023	SERGIPE	ARACAUJ	ETANOL HIDRATADO	17	R\$/l	4,67	0,079	4,57	4,88	0,017
08/10/2023	14/10/2023	PARA	BELEM	ETANOL HIDRATADO	11	R\$/l	4,41	0,320	4,05	5,19	0,072
08/10/2023	14/10/2023	MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE	ETANOL HIDRATADO	39	R\$/l	3,48	0,130	3,21	3,79	0,037
08/10/2023	14/10/2023	RORAIMA	BOA VISTA	ETANOL HIDRATADO	3	R\$/l	4,88	0,029	4,87	4,92	0,006
08/10/2023	14/10/2023	DISTRITO FEDERAL	BRASILIA	ETANOL HIDRATADO	46	R\$/l	3,65	0,146	3,45	3,94	0,040
08/10/2023	14/10/2023	MATO GROSSO DO SUL	CAMPO GRANDE	ETANOL HIDRATADO	11	R\$/l	3,40	0,085	3,29	3,59	0,025
08/10/2023	14/10/2023	MATO GROSSO	CUIABA	ETANOL HIDRATADO	17	R\$/l	3,13	0,069	2,97	3,29	0,022
08/10/2023	14/10/2023	PARANA	CURITIBA	ETANOL HIDRATADO	46	R\$/l	4,26	0,111	3,99	4,79	0,026
08/10/2023	14/10/2023	SANTA CATARINA	FLORIANOPOLIS	ETANOL HIDRATADO	13	R\$/l	4,44	0,384	3,99	5,09	0,086
08/10/2023	14/10/2023	CEARA	FORTALEZA	ETANOL HIDRATADO	45	R\$/l	4,58	0,348	4,07	5,79	0,076
08/10/2023	14/10/2023	GOIAS	GOIANIA	ETANOL HIDRATADO	1	R\$/l	3,92	0,000	3,92	3,92	0,000
08/10/2023	14/10/2023	PARAIBA	JOAO PESSOA	ETANOL HIDRATADO	18	R\$/l	4,06	0,065	3,99	4,19	0,016
08/10/2023	14/10/2023	AMAPA	MACAPA	ETANOL HIDRATADO	1	R\$/l	5,60	0,000	5,60	5,60	0,000
08/10/2023	14/10/2023	ALAGOAS	MACEIO	ETANOL HIDRATADO	17	R\$/l	4,28	0,180	4,09	4,77	0,042
08/10/2023	14/10/2023	AMAZONAS	MANAUS	ETANOL HIDRATADO	33	R\$/l	4,61	0,078	4,49	4,79	0,017
08/10/2023	14/10/2023	RIO GRANDE DO NORTE	NATAL	ETANOL HIDRATADO	17	R\$/l	4,62	0,199	4,29	4,96	0,043
08/10/2023	14/10/2023	TOCANTINS	PALMAS	ETANOL HIDRATADO	13	R\$/l	4,26	0,233	3,99	4,59	0,055
08/10/2023	14/10/2023	RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	ETANOL HIDRATADO	12	R\$/l	4,34	0,364	3,98	4,99	0,084
08/10/2023	14/10/2023	RONDONIA	PORTO VELHO	ETANOL HIDRATADO	5	R\$/l	4,92	0,230	4,61	5,25	0,047
08/10/2023	14/10/2023	PERNAMBUCO	RECIFE	ETANOL HIDRATADO	26	R\$/l	4,16	0,129	4,07	4,59	0,031
08/10/2023	14/10/2023	ACRE	RIO BRANCO	ETANOL HIDRATADO	9	R\$/l	4,69	0,080	4,59	4,79	0,017
08/10/2023	14/10/2023	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	ETANOL HIDRATADO	68	R\$/l	3,91	0,155	3,65	4,49	0,040
08/10/2023	14/10/2023	BAHIA	SALVADOR	ETANOL HIDRATADO	29	R\$/l	4,15	0,104	3,94	4,39	0,025
08/10/2023	14/10/2023	MARANHAO	SAO LUIS	ETANOL HIDRATADO	16	R\$/l	4,20	0,165	3,99	4,59	0,039
08/10/2023	14/10/2023	SAO PAULO	SAO PAULO	ETANOL HIDRATADO	177	R\$/l	3,46	0,409	2,89	4,99	0,118
08/10/2023	14/10/2023	PIAUJ	TERESINA	ETANOL HIDRATADO	23	R\$/l	4,08	0,122	3,97	4,29	0,030
08/10/2023	14/10/2023	ESPIRITO SANTO	VITORIA	ETANOL HIDRATADO	8	R\$/l	4,19	0,392	3,79	4,99	0,094
08/10/2023	14/10/2023	SERGIPE	ARACAUJ	GASOLINA ADITIVADA	14	R\$/l	6,24	0,101	6,10	6,45	0,016
08/10/2023	14/10/2023	PARA	BELEM	GASOLINA ADITIVADA	6	R\$/l	6,25	0,370	5,80	6,89	0,059
08/10/2023	14/10/2023	MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE	GASOLINA ADITIVADA	32	R\$/l	5,77	0,197	5,49	6,54	0,034
08/10/2023	14/10/2023	RORAIMA	BOA VISTA	GASOLINA ADITIVADA	16	R\$/l	6,01	0,061	5,95	6,15	0,010
08/10/2023	14/10/2023	DISTRITO FEDERAL	BRASILIA	GASOLINA ADITIVADA	43	R\$/l	5,70	0,237	5,29	6,29	0,041
08/10/2023	14/10/2023	MATO GROSSO DO SUL	CAMPO GRANDE	GASOLINA ADITIVADA	12	R\$/l	5,62	0,251	5,34	6,19	0,045
08/10/2023	14/10/2023	MATO GROSSO	CUIABA	GASOLINA ADITIVADA	5	R\$/l	5,72	0,230	5,45	6,09	0,040
08/10/2023	14/10/2023	PARANA	CURITIBA	GASOLINA ADITIVADA	29	R\$/l	6,38	0,164	6,09	6,69	0,026
08/10/2023	14/10/2023	SANTA CATARINA	FLORIANOPOLIS	GASOLINA ADITIVADA	17	R\$/l	6,04	0,226	5,59	6,39	0,037
08/10/2023	14/10/2023	CEARA	FORTALEZA	GASOLINA ADITIVADA	38	R\$/l	5,86	0,236	5,37	6,39	0,040
08/10/2023	14/10/2023	GOIAS	GOIANIA	GASOLINA ADITIVADA	1	R\$/l	5,92	0,000	5,92	5,92	0,000
08/10/2023	14/10/2023	PARAIBA	JOAO PESSOA	GASOLINA ADITIVADA	12	R\$/l	5,95	0,099	5,79	6,09	0,017
08/10/2023	14/10/2023	AMAPA	MACAPA	GASOLINA ADITIVADA	4	R\$/l	5,90	0,135	5,07	6,07	0,023
08/10/2023	14/10/2023	ALAGOAS	MACEIO	GASOLINA ADITIVADA	15	R\$/l	5,97	0,175	5,79	6,39	0,029
08/10/2023	14/10/2023	AMAZONAS	MANAUS	GASOLINA ADITIVADA	33	R\$/l	6,51	0,061	6,45	6,69	0,009
08/10/2023	14/10/2023	RIO GRANDE DO NORTE	NATAL	GASOLINA ADITIVADA	17	R\$/l	5,72	0,149	5,55	6,04	0,026
08/10/2023	14/10/2023	TOCANTINS	PALMAS	GASOLINA ADITIVADA	12	R\$/l	6,09	0,129	5,98	6,38	0,021
08/10/2023	14/10/2023	RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	GASOLINA ADITIVADA	34	R\$/l	5,77	0,238	5,39	6,29	0,041
08/10/2023	14/10/2023	RONDONIA	PORTO VELHO	GASOLINA ADITIVADA	10	R\$/l	6,63	0,089	6,57	6,85	0,013
08/10/2023	14/10/2023	PERNAMBUCO	RECIFE	GASOLINA ADITIVADA	18	R\$/l	5,79	0,152	5,63	6,09	0,026
08/10/2023	14/10/2023	ACRE	RIO BRANCO	GASOLINA ADITIVADA	11	R\$/l	6,68	0,079	6,59	6,83	0,012
08/10/2023	14/10/2023	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	GASOLINA ADITIVADA	68	R\$/l	5,85	0,303	5,29	6,68	0,052
08/10/2023	14/10/2023	BAHIA	SALVADOR	GASOLINA ADITIVADA	28	R\$/l	6,09	0,178	5,79	6,39	0,029
08/10/2023	14/10/2023	MARANHAO	SAO LUIS	GASOLINA ADITIVADA	18	R\$/l	5,47	0,242	5,19	5,99	0,044
08/10/2023	14/10/2023	SAO PAULO	SAO PAULO	GASOLINA ADITIVADA	191	R\$/l	5,96	0,612	4,99	8,69	0,103
08/10/2023	14/10/2023	PIAUJ	TERESINA	GASOLINA ADITIVADA	23	R\$/l	5,73	0,227	5,42	6,09	0,040
08/10/2023	14/10/2023	ESPIRITO SANTO	VITORIA	GASOLINA ADITIVADA	12	R\$/l	5,85	0,166	5,66	6,24	0,028
08/10/2023	14/10/2023	SERGIPE	ARACAUJ	GASOLINA COMUM	17	R\$/l	6,16	0,035	6,10	6,19	0,006
08/10/2023	14/10/2023	PARA	BELEM	GASOLINA COMUM	18	R\$/l	5,67	0,198	5,42	6,29	0,035



08/10/2023	14/10/2023	MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE	GASOLINA COMUM	40	R\$/l	5,47	0,111	5,27	5,79	0,020
08/10/2023	14/10/2023	RORAIMA	BOA VISTA	GASOLINA COMUM	17	R\$/l	5,92	0,042	5,82	5,99	0,007
08/10/2023	14/10/2023	DISTRITO FEDERAL	BRASILIA	GASOLINA COMUM	48	R\$/l	5,59	0,207	5,29	5,96	0,037
08/10/2023	14/10/2023	MATO GROSSO DO SUL	CAMPO GRANDE	GASOLINA COMUM	14	R\$/l	5,46	0,163	5,29	5,89	0,030
08/10/2023	14/10/2023	MATO GROSSO	CUIABA	GASOLINA COMUM	19	R\$/l	5,60	0,146	5,43	5,89	0,026
08/10/2023	14/10/2023	PARANA	CURITIBA	GASOLINA COMUM	48	R\$/l	6,18	0,070	5,99	6,39	0,011
08/10/2023	14/10/2023	SANTA CATARINA	FLORIANOPOLIS	GASOLINA COMUM	16	R\$/l	5,87	0,203	5,48	6,29	0,035
08/10/2023	14/10/2023	CEARA	FORTALEZA	GASOLINA COMUM	47	R\$/l	5,71	0,220	5,35	5,99	0,038
08/10/2023	14/10/2023	GOIAS	GOIANIA	GASOLINA COMUM	1	R\$/l	5,92	0,000	5,92	5,92	0,000
08/10/2023	14/10/2023	PARAIBA	JOAO PESSOA	GASOLINA COMUM	18	R\$/l	5,78	0,004	5,78	5,79	0,001
08/10/2023	14/10/2023	AMAPA	MACAPA	GASOLINA COMUM	17	R\$/l	5,62	0,073	5,48	5,79	0,013
08/10/2023	14/10/2023	ALAGOAS	MACEIO	GASOLINA COMUM	18	R\$/l	5,75	0,087	5,44	5,79	0,015
08/10/2023	14/10/2023	AMAZONAS	MANAUS	GASOLINA COMUM	40	R\$/l	6,48	0,024	6,39	6,59	0,004
08/10/2023	14/10/2023	RIO GRANDE DO NORTE	NATAL	GASOLINA COMUM	18	R\$/l	5,67	0,110	5,55	5,99	0,019
08/10/2023	14/10/2023	TOCANTINS	PALMAS	GASOLINA COMUM	14	R\$/l	6,00	0,043	5,98	6,08	0,007
08/10/2023	14/10/2023	RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	GASOLINA COMUM	33	R\$/l	5,58	0,170	5,35	5,99	0,030
08/10/2023	14/10/2023	RONDONIA	PORTO VELHO	GASOLINA COMUM	19	R\$/l	6,58	0,037	6,50	6,69	0,006
08/10/2023	14/10/2023	PERNAMBUCO	RECIFE	GASOLINA COMUM	25	R\$/l	5,64	0,074	5,33	5,79	0,013
08/10/2023	14/10/2023	ACRE	RIO BRANCO	GASOLINA COMUM	14	R\$/l	6,64	0,047	6,59	6,69	0,007
08/10/2023	14/10/2023	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	GASOLINA COMUM	69	R\$/l	5,59	0,232	5,19	6,29	0,041
08/10/2023	14/10/2023	BAHIA	SALVADOR	GASOLINA COMUM	29	R\$/l	5,92	0,103	5,64	5,99	0,017
08/10/2023	14/10/2023	MARANHAO	SAO LUIS	GASOLINA COMUM	21	R\$/l	5,23	0,091	4,96	5,39	0,017
08/10/2023	14/10/2023	SAO PAULO	SAO PAULO	GASOLINA COMUM	174	R\$/l	5,63	0,572	4,79	7,59	0,102
08/10/2023	14/10/2023	PIAUÍ	TERESINA	GASOLINA COMUM	24	R\$/l	5,50	0,077	5,39	5,69	0,014
08/10/2023	14/10/2023	ESPIRITO SANTO	VITORIA	GASOLINA COMUM	12	R\$/l	5,69	0,062	5,59	5,79	0,011
08/10/2023	14/10/2023	SERGIPE	ARACAUÍ	GLP	20	R\$/13kg	99,73	5,019	93,00	110,00	0,050
08/10/2023	14/10/2023	PARA	BELEM	GLP	33	R\$/13kg	104,63	10,601	89,99	144,00	0,101
08/10/2023	14/10/2023	MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE	GLP	32	R\$/13kg	105,65	12,216	85,00	129,00	0,116
08/10/2023	14/10/2023	RORAIMA	BOA VISTA	GLP	29	R\$/13kg	124,65	5,875	118,00	140,00	0,047
08/10/2023	14/10/2023	DISTRITO FEDERAL	BRASILIA	GLP	49	R\$/13kg	94,78	5,135	86,99	119,99	0,054
08/10/2023	14/10/2023	MATO GROSSO DO SUL	CAMPO GRANDE	GLP	14	R\$/13kg	99,99	12,188	70,00	110,00	0,122
08/10/2023	14/10/2023	MATO GROSSO	CUIABA	GLP	34	R\$/13kg	115,05	13,379	85,00	137,00	0,116
08/10/2023	14/10/2023	PARANA	CURITIBA	GLP	49	R\$/13kg	92,90	5,535	80,00	109,99	0,060
08/10/2023	14/10/2023	SANTA CATARINA	FLORIANOPOLIS	GLP	8	R\$/13kg	118,12	4,390	110,00	125,00	0,037
08/10/2023	14/10/2023	CEARA	FORTALEZA	GLP	29	R\$/13kg	98,87	5,965	89,99	111,00	0,060
08/10/2023	14/10/2023	GOIAS	GOIANIA	GLP	1	R\$/13kg	100,00	0,000	100,00	100,00	0,000
08/10/2023	14/10/2023	PARAIBA	JOAO PESSOA	GLP	32	R\$/13kg	100,37	9,196	85,00	110,00	0,092
08/10/2023	14/10/2023	AMAPA	MACAPA	GLP	19	R\$/13kg	113,73	6,358	105,00	121,00	0,056
08/10/2023	14/10/2023	ALAGOAS	MACEIO	GLP	33	R\$/13kg	95,14	7,615	85,00	115,00	0,080
08/10/2023	14/10/2023	AMAZONAS	MANAUS	GLP	84	R\$/13kg	117,44	6,063	107,00	135,00	0,052
08/10/2023	14/10/2023	RIO GRANDE DO NORTE	NATAL	GLP	20	R\$/13kg	99,74	11,026	85,00	128,00	0,111
08/10/2023	14/10/2023	TOCANTINS	PALMAS	GLP	19	R\$/13kg	121,00	4,784	110,00	127,00	0,040
08/10/2023	14/10/2023	RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	GLP	21	R\$/13kg	106,03	4,068	99,90	115,00	0,038
08/10/2023	14/10/2023	RONDONIA	PORTO VELHO	GLP	33	R\$/13kg	112,27	6,226	95,00	125,00	0,055
08/10/2023	14/10/2023	PERNAMBUCO	RECIFE	GLP	15	R\$/13kg	80,99	4,601	74,99	89,90	0,057
08/10/2023	14/10/2023	ACRE	RIO BRANCO	GLP	33	R\$/13kg	112,69	7,252	98,00	127,00	0,064
08/10/2023	14/10/2023	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	GLP	38	R\$/13kg	95,25	6,908	84,99	117,00	0,073
08/10/2023	14/10/2023	BAHIA	SALVADOR	GLP	39	R\$/13kg	105,53	7,753	84,99	119,99	0,073
08/10/2023	14/10/2023	MARANHAO	SAO LUIS	GLP	35	R\$/13kg	94,68	2,593	85,00	104,00	0,027
08/10/2023	14/10/2023	SAO PAULO	SAO PAULO	GLP	62	R\$/13kg	105,81	8,877	89,99	124,00	0,084
08/10/2023	14/10/2023	PIAUÍ	TERESINA	GLP	33	R\$/13kg	97,96	5,571	84,99	115,00	0,057
08/10/2023	14/10/2023	ESPIRITO SANTO	VITORIA	GLP	8	R\$/13kg	101,87	7,994	89,99	110,00	0,078
08/10/2023	14/10/2023	SERGIPE	ARACAUÍ	GNV	5	R\$/m³	4,95	0,000	4,95	4,95	0,000
08/10/2023	14/10/2023	MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE	GNV	6	R\$/m³	4,61	0,189	4,47	4,99	0,041
08/10/2023	14/10/2023	PARANA	CURITIBA	GNV	5	R\$/m³	4,98	0,074	4,88	5,09	0,015
08/10/2023	14/10/2023	SANTA CATARINA	FLORIANOPOLIS	GNV	1	R\$/m³	4,99	0,000	4,99	4,99	0,000
08/10/2023	14/10/2023	CEARA	FORTALEZA	GNV	8	R\$/m³	4,99	0,000	4,99	4,99	0,000
08/10/2023	14/10/2023	PARAIBA	JOAO PESSOA	GNV	3	R\$/m³	4,46	0,000	4,46	4,46	0,000
08/10/2023	14/10/2023	ALAGOAS	MACEIO	GNV	4	R\$/m³	4,69	0,000	4,69	4,69	0,000
08/10/2023	14/10/2023	AMAZONAS	MANAUS	GNV	1	R\$/m³	4,49	0,000	4,49	4,49	0,000
08/10/2023	14/10/2023	RIO GRANDE DO NORTE	NATAL	GNV	6	R\$/m³	4,75	0,080	4,59	4,79	0,017
08/10/2023	14/10/2023	RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	GNV	7	R\$/m³	4,23	0,097	4,12	4,39	0,023
08/10/2023	14/10/2023	PERNAMBUCO	RECIFE	GNV	6	R\$/m³	3,39	0,000	3,39	3,39	0,000
08/10/2023	14/10/2023	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	GNV	37	R\$/m³	4,23	0,126	4,07	4,59	0,030
08/10/2023	14/10/2023	BAHIA	SALVADOR	GNV	7	R\$/m³	4,10	0,106	3,99	4,19	0,026
08/10/2023	14/10/2023	SAO PAULO	SAO PAULO	GNV	18	R\$/m³	4,03	0,352	3,59	4,99	0,087



08/10/2023	14/10/2023	ESPIRITO SANTO	VITORIA	GNV	2	R\$/m³	4,79	0,000	4,79	4,79	0,000
08/10/2023	14/10/2023	MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE	OLEO DIESEL	4	R\$/l	5,71	0,050	5,69	5,79	0,009
08/10/2023	14/10/2023	RORAIMA	BOA VISTA	OLEO DIESEL	13	R\$/l	6,52	0,071	6,44	6,63	0,011
08/10/2023	14/10/2023	DISTRITO FEDERAL	BRASILIA	OLEO DIESEL	21	R\$/l	6,01	0,100	5,85	6,19	0,017
08/10/2023	14/10/2023	MATO GROSSO DO SUL	CAMPO GRANDE	OLEO DIESEL	7	R\$/l	6,06	0,089	5,97	6,19	0,015
08/10/2023	14/10/2023	MATO GROSSO	CUIABA	OLEO DIESEL	9	R\$/l	6,18	0,199	5,86	6,48	0,032
08/10/2023	14/10/2023	PARANA	CURITIBA	OLEO DIESEL	7	R\$/l	5,90	0,165	5,75	6,19	0,028
08/10/2023	14/10/2023	PARAIBA	JOAO PESSOA	OLEO DIESEL	4	R\$/l	5,83	0,102	5,78	5,99	0,017
08/10/2023	14/10/2023	AMAPA	MACAPA	OLEO DIESEL	5	R\$/l	6,32	0,514	5,79	7,16	0,081
08/10/2023	14/10/2023	ALAGOAS	MACEIO	OLEO DIESEL	6	R\$/l	5,98	0,279	5,69	6,48	0,047
08/10/2023	14/10/2023	AMAZONAS	MANAUS	OLEO DIESEL	19	R\$/l	6,25	0,116	6,19	6,59	0,019
08/10/2023	14/10/2023	RIO GRANDE DO NORTE	NATAL	OLEO DIESEL	7	R\$/l	6,26	0,172	5,99	6,46	0,027
08/10/2023	14/10/2023	TOCANTINS	PALMAS	OLEO DIESEL	8	R\$/l	5,88	0,138	5,69	6,05	0,023
08/10/2023	14/10/2023	RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	OLEO DIESEL	8	R\$/l	6,09	0,506	5,66	7,19	0,083
08/10/2023	14/10/2023	RONDONIA	PORTO VELHO	OLEO DIESEL	10	R\$/l	6,36	0,200	6,19	6,89	0,031
08/10/2023	14/10/2023	ACRE	RIO BRANCO	OLEO DIESEL	13	R\$/l	6,92	0,082	6,79	7,10	0,012
08/10/2023	14/10/2023	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	OLEO DIESEL	19	R\$/l	5,85	0,168	5,55	6,19	0,029
08/10/2023	14/10/2023	BAHIA	SALVADOR	OLEO DIESEL	4	R\$/l	6,07	0,013	6,06	6,09	0,002
08/10/2023	14/10/2023	MARANHAO	SAO LUIS	OLEO DIESEL	5	R\$/l	5,82	0,266	5,54	6,11	0,046
08/10/2023	14/10/2023	SAO PAULO	SAO PAULO	OLEO DIESEL	31	R\$/l	5,87	0,270	5,55	6,79	0,046
08/10/2023	14/10/2023	PIAUÍ	TERESINA	OLEO DIESEL	12	R\$/l	6,06	0,091	5,89	6,19	0,015
08/10/2023	14/10/2023	SERGIPE	ARACAUJ	OLEO DIESEL S10	5	R\$/l	6,62	0,268	6,17	6,79	0,040
08/10/2023	14/10/2023	PARA	BELEM	OLEO DIESEL S10	15	R\$/l	6,32	0,346	5,94	6,99	0,055
08/10/2023	14/10/2023	MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE	OLEO DIESEL S10	16	R\$/l	6,01	0,101	5,84	6,19	0,017
08/10/2023	14/10/2023	RORAIMA	BOA VISTA	OLEO DIESEL S10	16	R\$/l	6,57	0,093	6,44	6,69	0,014
08/10/2023	14/10/2023	DISTRITO FEDERAL	BRASILIA	OLEO DIESEL S10	22	R\$/l	6,18	0,119	5,99	6,39	0,019
08/10/2023	14/10/2023	MATO GROSSO DO SUL	CAMPO GRANDE	OLEO DIESEL S10	8	R\$/l	6,14	0,056	6,07	6,22	0,009
08/10/2023	14/10/2023	MATO GROSSO	CUIABA	OLEO DIESEL S10	9	R\$/l	6,34	0,279	6,13	6,89	0,044
08/10/2023	14/10/2023	PARANA	CURITIBA	OLEO DIESEL S10	29	R\$/l	6,15	0,141	5,89	6,69	0,023
08/10/2023	14/10/2023	SANTA CATARINA	FLORIANOPOLIS	OLEO DIESEL S10	6	R\$/l	6,36	0,282	5,99	6,75	0,044
08/10/2023	14/10/2023	CEARA	FORTALEZA	OLEO DIESEL S10	34	R\$/l	5,99	0,130	5,69	6,24	0,022
08/10/2023	14/10/2023	GOIAS	GOIANIA	OLEO DIESEL S10	1	R\$/l	6,09	0,000	6,09	6,09	0,000
08/10/2023	14/10/2023	PARAIBA	JOAO PESSOA	OLEO DIESEL S10	11	R\$/l	5,97	0,075	5,89	6,09	0,013
08/10/2023	14/10/2023	AMAPA	MACAPA	OLEO DIESEL S10	8	R\$/l	6,71	0,597	5,79	7,89	0,089
08/10/2023	14/10/2023	ALAGOAS	MACEIO	OLEO DIESEL S10	11	R\$/l	5,99	0,104	5,79	6,19	0,017
08/10/2023	14/10/2023	AMAZONAS	MANAUS	OLEO DIESEL S10	30	R\$/l	6,30	0,134	6,19	6,59	0,021
08/10/2023	14/10/2023	RIO GRANDE DO NORTE	NATAL	OLEO DIESEL S10	12	R\$/l	6,28	0,195	5,99	6,49	0,031
08/10/2023	14/10/2023	TOCANTINS	PALMAS	OLEO DIESEL S10	14	R\$/l	6,30	0,229	5,99	6,89	0,036
08/10/2023	14/10/2023	RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	OLEO DIESEL S10	18	R\$/l	5,95	0,224	5,65	6,53	0,038
08/10/2023	14/10/2023	RONDONIA	PORTO VELHO	OLEO DIESEL S10	17	R\$/l	6,39	0,226	5,97	6,99	0,035
08/10/2023	14/10/2023	PERNAMBUCO	RECIFE	OLEO DIESEL S10	19	R\$/l	5,98	0,119	5,86	6,25	0,020
08/10/2023	14/10/2023	ACRE	RIO BRANCO	OLEO DIESEL S10	13	R\$/l	6,98	0,077	6,84	7,20	0,011
08/10/2023	14/10/2023	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	OLEO DIESEL S10	36	R\$/l	6,07	0,213	5,79	6,59	0,035
08/10/2023	14/10/2023	BAHIA	SALVADOR	OLEO DIESEL S10	19	R\$/l	6,36	0,223	6,13	6,79	0,035
08/10/2023	14/10/2023	MARANHAO	SAO LUIS	OLEO DIESEL S10	20	R\$/l	6,14	0,128	5,95	6,49	0,021
08/10/2023	14/10/2023	SAO PAULO	SAO PAULO	OLEO DIESEL S10	119	R\$/l	6,16	0,528	5,37	8,49	0,086
08/10/2023	14/10/2023	PIAUÍ	TERESINA	OLEO DIESEL S10	20	R\$/l	6,31	0,147	5,99	6,50	0,023
08/10/2023	14/10/2023	ESPIRITO SANTO	VITORIA	OLEO DIESEL S10	7	R\$/l	6,24	0,366	5,87	6,99	0,059





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023

PROCESSO TRF2-EOF-2023/161

ANEXO II

PLANILHA DE PREÇOS

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA	VALOR TOTAL COM DESCONTO
- 1,96 % (menos um vírgula noventa e seis por cento)	R\$ 766.507,87

A empresa vencedora, quando da apresentação da proposta deverá discriminar a taxa de administração ofertada, podendo ser zero ou negativa e deverá ter, NO MÁXIMO 2 (DUAS) CASAS DECIMAIS.

PLANILHA ESTIMATIVA DE CONSUMO

ITEM	COMBUSTÍVEL	LITROS	PREÇO POR LITRO ANP RJ(outubro 2023)	VALOR MENSAL	QUANT. MESES	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	GASOLINA	47.680	R\$ 5,85	R\$ 30.244,00	24	R\$ 557.856,00
2	ETANOL	13.979	R\$ 3,91	R\$ 4.554,85	24	R\$ 109.315,78
3	DIESEL	9.800	R\$ 5.85	R\$ 4.777,50	24	R\$ 114.660,00
VALOR TOTAL estimado					R\$ 781.831,78	

O quadro acima representa a estimativa de gastos para o período de 02 (dois) anos.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO ME e EPP

(Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2023/161

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (..) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ:

—

EMPRESA

DATA

ASSINATURA

ANEXO IV DECLARAÇÃO

(Inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 229 de 22/06/2016 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2023/161

DECLARA, em face do disposto no inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções 009/2005 e 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Público

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)

ANEXO V
DECLARAÇÃO

(Artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 9 de 06.12.2005 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2023/161

DECLARO, em face do disposto na Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não tenho parentesco com nenhum Membro do Poder Judiciário ou servidor que exerce cargo em comissão de direção e assessoramento.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP).

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº TRF2-CON-2023/_____

CONTRATO PARA GESTÃO DE ABASTECIMENTO DE FROTA POR MEIO DE USO DE CARTÕES MAGNÉTICOS EM POSTOS DE COMBUSTÍVEIS CREDENCIADOS, QUE SERÃO UTILIZADOS PELOS VEÍCULOS OFICIAIS E OS GRUPOS MOTOGERADORES PERTENCENTES A ESTE TRIBUNAL, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA _____.

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2023/00161

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor-Geral, Dr. Paulo Cezar Braga Edmundo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na Rua _____, CEP: _____, Tel.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a).** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2023/00161, em consequência do Pregão Eletrônico nº 091/2023, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, homologado em __/__/__, conforme despacho nº TRF2-DES-2023/_____, FIRMAM o presente Contrato visando à *gestão de abastecimento de frota por meio de uso de cartões magnéticos em postos de combustíveis credenciados, que serão utilizados pelos veículos oficiais e os grupos motogeradores pertencentes ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas e condições:

Contrato nº TRF2-CON-2023/_____ – Empresa contratada (sfm) *MINUTA*

Pág. 1



TRF2CAP202328190

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a contratação de empresa especializada em gestão de abastecimento de frota por meio de uso de cartões magnéticos em postos de combustíveis credenciados, que serão utilizados pelos veículos oficiais e os grupos motogeradores pertencentes ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, conforme o Edital do Pregão Eletrônico nº 091/2023 e seus Anexos I, II, III, IV e V e na forma estabelecida nas cláusulas deste Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1.1 - Os serviços objeto deste Contrato estão detalhadamente discriminados no ITEM 1.3 do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.1.2 - A estimativa de consumo obedece à forma abaixo (TRF2-INC-2023/02353):

ITEM	COMBUSTÍVEL	QUANT. MESES	LITROS
1	GASOLINA	24	47.680
2	ETANOL	24	13.979
3	DIESEL	24	9.800

2.2 - DA FORMA DE EXECUÇÃO:

2.2.1 – Os abastecimentos deverão ser efetuados através de cartão magnético;

2.2.2 – Cada cartão magnético conterá a informação da placa e modelo de um veículo oficial ou gerador, relacionados no Apêndice A do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo;

2.2.3 – A Contratada deverá emitir pelo menos cinco cartões do tipo “Master”, que serão usados em situações de emergência, cuja função é possibilitar o vínculo de qualquer carro da frota em caso de perda/extravio ou roubo do cartão original, a fim de permitir o abastecimento do veículo enquanto o cartão novo estiver em fase de emissão e entrega;

2.2.4 – Em cada operação de abastecimento ocorrida com cartões magnéticos, a rede conveniada pela contratada deverá fornecer, no ato da transação, um comprovante de abastecimento que deverá conter as seguintes informações;

2.2.4.1 – A identificação do veículo ou gerador;

2.2.4.2. – A identificação do responsável pelo abastecimento;

2.2.4.3 – A quilometragem registrada no hodômetro ou horímetro;

2.2.4.4 – A quantidade abastecida em litros;

2.2.4.5 – Tipo de combustível;



2.2.4.6 – O valor unitário do litro do combustível utilizado;

2.2.4.7 – O valor remanescente de saldo (em litros);

2.2.4.8 – O valor total do abastecimento;

2.2.4.9 – A data e hora do abastecimento.

2.2.5 – A senha para liberação dos abastecimentos nos postos será individual, intransferível para cada motorista cadastrado no sistema *online*;

2.2.6 – O cartão de abastecimento não terá senha própria, ou seja, no ato do pagamento a senha a ser digitada para liberação será a do motorista, que será previamente cadastrado no sistema de gerenciamento;

2.2.7 – A senha poderá ser enviada em envelope lacrado pela administradora de cartões e endereçada a cada condutor, ou em caso de envio de senha digital, a mesma deverá ser enviada exclusivamente para o contato do motorista previamente cadastrado, *e-mail* ou celular;

2.2.8 – Não haverá limite na quantidade de cartões magnéticos fornecidos pela Contratada, que serão requisitados mediante a necessidade do Contratante, ou enviados em cumprimento ao subitem 2.2.10;

2.2.9 – A lista de postos de combustíveis de toda rede credenciada deverá ser fornecida em livrete, para ser distribuído e guardado em cada viatura;

2.2.10 – A empresa deverá enviar novos livretes atualizados sempre que a empresa cadastrar ou excluir postos conveniados;

2.2.11 – Não haverá limite na quantidade de livretes fornecidos pela Contratada, que serão requisitados mediante a necessidade do Contratante ou enviados em cumprimento ao subitem 2.2.10;

2.2.12 – É imprescindível que todos os cartões magnéticos (com capa plástica para proteção) e no mínimo 80 (*oitenta*) livretes, sejam entregues na SEMAVE - Seção de Manutenção de Veículos do TRF2, na Rua Acre nº 80, sala 207, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20081-000, em até 05 (*cinco*) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;

2.2.13 – Antes do primeiro abastecimento, a Contratada deverá cadastrar no sistema a quilometragem inicial de cada veículo, para que no primeiro relatório seja possível identificar os parâmetros de consumo e a quilometragem percorrida desde o último abastecimento feito no Contrato anterior até o primeiro abastecimento realizado no Contrato atual;

2.2.14 – A relação de quilometragem de cada carro que trata o item 2.2.13, será fornecida pelo Gestor, imediatamente à assinatura do Contrato;

2.2.15 – Após a assinatura do Contrato, a Contratada terá 48 (*quarenta e oito*) horas de prazo para cadastrar no sistema de gestão todos os motoristas e os carros da frota do TRF2, incluindo a quilometragem inicial que trata o item 2.2.13.



3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 – São obrigações da Contratada, além das constantes do ITEM 1.6 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, parte integrante deste Contrato, as previstas nesta Cláusula:

3.2 – A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual;

3.3 – Responder por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.4 – Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do Contratante;

3.5 – O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;

3.6 – É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 229 de 22/06/2016 do Conselho Nacional de Justiça;

3.6.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue quando da assinatura deste Contrato.

3.7 – É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.

3.7.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, que deverá ser entregue no prazo de 30 (*trinta*) dias, a contar do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato;



3.8 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

3.9 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

3.10 – A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

3.11 – A Contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determinação do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/21.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

4.1 – São obrigações do Contratante, além das constantes ITEM 1.5 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, as discriminadas a seguir:

4.2 – Proporcionar todos os meios indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

4.3 – Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;

4.4 – Acompanhar, fiscalizar e avaliar o fornecimento do(s) produto(s) /material(is) objeto deste Contrato;

4.5 – Comunicar oficialmente à Contratada, quaisquer falhas verificadas no cumprimento deste Contrato;

4.6 – Facilitar o acesso da Contratada para a consecução do objeto deste Contrato;

4.7 – Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;

4.8 – Solicitar reparo, correção, remoção ou substituição dos produtos / materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

4.8 – Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

5 - CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

5.1 – Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do Contrato será recebido da seguinte forma:



5.1.1 - **Provisoriamente** – pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

5.1.2 - **Definitivamente** - pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 2 (*dois*) dias, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

5.2 - Os termos serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, designados na forma estabelecida no item 11.1 deste Contrato, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos.

5.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.3.1 - Na hipótese de fornecimento de materiais, o recebimento provisório ou definitivo não excluirá, ainda, a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contado da solicitação do Contratante, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

5.3.2 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

5.4 - O objeto do Contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações deste Contrato e do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e seus Anexos.

5.5 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratado as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990;

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DA FORMA DE REAJUSTE:

6.1 – DO PREÇO:

6.1.1 - O valor MENSAL ESTIMADO deste Contrato é R\$ _____
(_____), já incluída a taxa de administração de _____%,
(_____) mencionada no subitem 6.1.3;



6.1.2 - O valor TOTAL ESTIMADO deste Contrato é R\$ _____
(_____, já incluída a taxa de administração de - __, __ %
(_____) mencionada no subitem 6.1.3;

6.1.3 - O percentual da taxa de administração ofertado pela Contratada sobre o montante de créditos adquiridos é de __, __ % (_____);

6.1.4 - Todos os serviços prestados pela Contratada deverão ser cobertos pela taxa de administração única ou comissão sobre os serviços prestados, por ela estipulada, não devendo haver qualquer outra forma de cobrança;

6.1.5 - O percentual da taxa de administração ou comissão sobre os serviços é fixo e irrevogável;

6.1.6 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado deverão estar incluídas no preço proposto;

6.2 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.2.1 - O pagamento será efetuado, **mensalmente**, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, obedecida a ordem cronológica, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 57.208,33 (*cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos*), ou em até 10 (*dez*) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 57.208,33 (*cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos*).

6.2.1.1 - A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

6.2.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

6.2.1.3 - Para fins do disposto no subitem 6.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

6.2.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:



6.2.2.1 - Memória de cálculo onde deverão constar todos os dados dos abastecimentos efetuados no mês anterior e que será condição para viabilizar o atesto e o pagamento da fatura de serviços.

6.2.2.2. - É facultado à empresa a escolha do meio de entrega do documento fiscal descrito no subitem 6.2.2.1;

6.2.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

6.2.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1540, de 05/01/2015, e nº 1.552, de 02/03/2016;

6.2.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente;

6.2.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

6.2.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.2.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, no ato do pagamento.

6.2.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

6.2.8 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

6.3 - DA PERIODICIDADE E DO REAJUSTE:

6.3.1 - Os valores contratados poderão ser reajustados com base na variação do IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice oficial que venha a ser acordado entre as partes, de acordo com a seguinte fórmula:



$$R = \left(\frac{I - I_o}{I_o} \right) \cdot P \text{ onde:}$$

R = Reajuste

I = Nº índice da data do reajuste

I_o = Nº índice da data de apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste

P = Preço a ser reajustado

6.3.2 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata, mas sim o mês cheio.

6.3.3 - A periodicidade de reajuste do presente Contrato será de 1 (um) ano, contada a partir da data limite para apresentação da proposta, em conformidade com os termos da Lei nº 10192 de 14 de fevereiro de 2001 e legislação superveniente, ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.

6.3.4 - Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

6.3.5 - A Contratada deverá manifestar seu interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 6.3.4 tão logo seja divulgado o índice previsto no subitem 6.3.1.

6.3.6 - A não formalização do pedido de reajustamento pela Contratada ou, ainda, a sua formalização intempestivamente, ou seja, após a prorrogação do ajuste, acarretará a preclusão do direito de reajustar.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 - A despesa decorrente do presente Contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União para o corrente exercício, conforme item 10 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

7.1.1 – Nota de Empenho: _____.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES:

8.1 – A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no item 19 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

9 - CLÁUSULA NONA: DA EXTINÇÃO:

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista no Edital e na Lei nº 14.133/2021.



9.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

9.3 - A extinção mencionada no item anterior será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1 - O fornecimento contratado obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem às estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 091/2023 e seus Anexos I, II, III, IV e V;
- b) Proposta datada de __/__/____, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos produtos/materiais que serão objeto da aquisição (TRF2-CAP-____/____).

10.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

11.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

11.2 – Competem à fiscalização as atribuições elencadas a seguir

11.2.1 – Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

11.2.2 – Informar, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

11.2.3 – Solicitar auxílio aos setores competentes do Contratante, os quais deverão dirimir dúvidas e subsidiá-la com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

11.2.4 – Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

11.2.5 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

11.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.



11.4 – Na hipótese de contratação de terceiros para assistir e subsidiar a fiscalização, prevista no art. 117, *caput*, da Lei nº 14.133/21, deverão ser observadas as seguintes regras:

11.4.1 - A Contratada assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de Contrato;

11.4.2 - A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do Contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

12.1 – O prazo de vigência do presente contrato será de 2 (*dois*) anos, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 107, da Lei nº 14.133/21.

12.2 – A prorrogação do Contrato será precedida de pesquisa para que sejam verificadas se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas para o Contratante.

12.3 – A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que esta manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

12.4 – Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

12.5 - A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

12.6 – Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Oitava do presente Contrato.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

13.1 - Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, no valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor anual deste Contrato.

13.1.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante, exceto o seguro-garantia, que será observado o disposto no §3º, do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

13.2 – A prestação da garantia contratual encontra-se detalhadamente discriminada no item 13.8 e seus subitens do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.



14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS:

O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR, previsto no ITEM 11 do Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

16.1 - O Contrato poderá ser aditado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/21.

16.2 – No que se refere à alteração unilateral, mencionada no item anterior, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

16.2.1 – As alterações unilaterais, mencionadas no item anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato.

16.3 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20091-007, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

16.4 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos documentos fiscais pendentes de pagamento, em decorrência de descumprimento contratual.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.



18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

PAULO CEZAR BRAGA EDMUNDO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretor Geral

REPRESENTANTE LEGAL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

